

LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.563.317/0001-15

NIRE 32.300.035.965

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de 2025, às 9h (nove horas), na sede social da Companhia ("Companhia"), localizada no município de Vitória, estado de Espírito Santo, na Rua Licínio dos Santos Conte, nº 51, Sobreloja, bairro Enseada do Suá, CEP 29050-333.
2. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Por indicação dos presentes foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Luiz Coelho Coutinho, que convidou o Sr. Fabricio Motta Coutinho para secretariá-lo.
3. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do §4º, artigo 124, da Lei nº 6.404 de 1976 ("LSA"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar e discutir sobre as seguintes matérias ordinárias: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, em especial o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; (iii) ratificar as destinações de resultados e distribuições de dividendos relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iv) ratificar distribuição de dividendos à conta reservas de lucros no decorrer de 2022; (v) ratificar as destinações de resultados e distribuições de dividendos relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (vi) ratificar a publicação das demonstrações financeiras da Companhia; e, em matéria extraordinária, (vii) converter 3 (três) ações preferenciais nominativas de Classe A em 3 (três) ações ordinárias nominativas; (viii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício fino em 31 de dezembro de 2025; (ix) aumentar o capital social da Companhia; (x) alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (xi) consolidação do estatuto social; e (xii) determinar a adoção de todas as medidas necessárias à consecução das deliberações aprovadas.
5. **DELIBERAÇÕES:** Foram deliberadas, à unanimidade de votos dos presentes, sem ressalvas ou oposições, as seguintes matérias:

Em Assembleia Geral Ordinária:

5.1. **Aprovação de Contas.** Dando início a deliberação dos temas ordinários da ordem do dia da presente Assembleia, procedeu-se à leitura dos documentos previstos no artigo 133 da LSA. Após a leitura, os acionistas da Companhia, sem ressalvas ou oposições, aprovaram integralmente as contas dos administradores, bem como o relatório da administração sobre os negócios sociais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

5.2. **Aprovação das Demonstrações Financeiras.** Em seguida, aprovam as demonstrações financeiras da Companhia, em especial, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício e a Demonstração de Fluxo de Caixa, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

5.3. Destinação do Lucro Líquido de 2022. Os acionistas consignaram que o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 apurou lucro líquido no montante de R\$ 2.547.717,41 (dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e um centavos), cuja destinação fora aprovada e/ou ratificada na forma abaixo:

- a) R\$ 127.385,87 (cento e vinte e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) foram destinados à Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A. e da alínea “a” do parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia;
- b) R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) foram destinados ao pagamento de dividendos aos titulares das ações preferenciais classe A no decorrer de 2023; e
- c) R\$ 2.312.331,54 (dois milhões, trezentos e doze mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos) foram destinados ao pagamento de dividendos aos titulares de ações ordinárias nominativas no decorrer de 2022.

5.4. Distribuição de Dividendos à Conta Reservas de Lucros em 2022. Os acionistas ratificaram, ainda, a distribuição de dividendos à conta de Reservas de Lucros existentes, no importe global de R\$ 767.546,46 (setecentos e sessenta e sete mil, quinhentas e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos) pagos no decorrer do exercício de 2022.

5.5. Destinação do Lucro Líquido 2023. Os acionistas consignaram que o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 apurou lucro líquido no montante de R\$ 4.306.620,49 (quatro milhões, trezentos e seis mil, seiscentos e vinte reais e quarenta e nove centavos), cuja destinação fora aprovada e/ou ratificada na forma abaixo:

- a) R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) foram destinados ao pagamento de dividendos aos titulares das ações preferenciais classe A no decorrer de 2024; e
- b) R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) foram destinados ao pagamento de dividendos aos titulares de ações ordinárias nominativas no decorrer de 2023;
- c) R\$ 33.756,00 (trinta e três mil, setecentos e cinquenta e seis reais) foram destinados ao pagamento de dividendos aos titulares de ações ordinárias nominativas no decorrer de 2024; e
- d) R\$ 4.120.364,49 (quatro milhões, cento e vinte mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) foram destinados à conta de lucros acumulados.

5.6. Publicações Legais. Os acionistas ratificaram as publicações legais providenciadas pelos administradores nos termos do §3º do artigo 133 e inciso III do artigo 294 da LSA, na Central de Balanços - CB do Sistema Público de Escrituração Digital – SPE, conforme se verifica nos seguintes links: <https://www.gov.br/centraldebalancos/demonstracao-publicada/272859> (2022) e <https://www.gov.br/centraldebalancos/demonstracao-publicada/272860> (2023).

Em Assembleia Geral Extraordinária:

5.7. Conversão em Ações Ordinárias. Dando prosseguimento a assembleia, aprovaram, por unanimidade a conversão de 3 (três) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, de classe A, em 3 (três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

5.8. Destinação do Lucro Líquido Apurado em 31/12/2025. Os acionistas consignaram que no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ 4.434.325,06 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais e seis centavos), motivo pelo qual decidem destinar R\$ 221.716,25 (duzentos e vinte e um mil, setecentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos) à Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A. e da alínea “a” do parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia.

5.9. Aumento do Capital Social. Ato contínuo, fica aprovado o aumento do capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 19.837.655,00 (dezenove milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), para R\$ 21.120.719,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil, setecentos e dezenove reais), mediante a emissão de 1.283.064 (um milhão, duzentas e oitenta e três mil e sessenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, sem ingresso de novos recursos financeiros, por meio da capitalização de lucros e reservas, no montante total de R\$ 1.283.064,00 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil e sessenta e quatro reais). A integralização do aumento de capital dar-se-á mediante a reversão da totalidade dos valores então existentes na conta Reserva Legal (tanto do valor já constante na conta reserva legal, quanto do valor destinado à referida conta, nos termos do item acima), no importe de R\$ 1.283.059,46 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos), conforme permite o § 2º do art. 193 da Lei das S.A., acrescida da quantia de R\$ 4,54 (quatro reais e cinquenta e quatro centavos), em moeda corrente nacional, de modo a perfazer exatamente o valor do aumento ora aprovado. As novas ações emitidas serão distribuídas entre os acionistas, na proporção do número de ações que possuírem na presente data, nos termos do art. 169 da LSA e nos Boletins de Subscrição anexos à presente ata (Anexo I).

5.10. Alteração do Art. 5º. Tendo em vista as deliberações ora aprovadas, as acionistas deliberam pela alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social, que passa ser regido da seguinte forma

“**Artigo 5º**. O capital social é de R\$ 21.120.719,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil, setecentos e dezenove reais), dividido em 21.120.719 (vinte e um milhões, cento e vinte mil, setecentas e dezenove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.”

5.11. Consolidação do Estatuto. Os Acionistas aprovam a Consolidação do Estatuto Social (Anexo II) contendo as alterações descritas acima.

5.12. Atos da Diretoria. Por fim, autorizam a Diretoria a adotar todas as medidas necessárias à consecução das deliberações ora homologadas, em especial em relação à escrituração no Livro de Registro de Ações para contemplar o referido aumento do capital social.

6. **DECLARAÇÃO**: Os acionistas declaram (i) que receberam cópia do relatório das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia 30 (trinta) dias antes da realização da presente assembleia; e (ii) que as publicações das demonstrações financeiras ocorreram no mínimo com 5 (cinco) dias de antecedência, conforme dispõe o Art. 133, § 3º da LSA.

7. **ENCERRAMENTO**: Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, mas como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do artigo 130 da LSA, a qual, representando o sumário dos fatos, foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente da Mesa, Sr. Luiz Coelho Coutinho; pelo Secretário da Mesa, Sr. Fabício Motta Coutinho, bem como por todos os acionistas.

A presente certidão é cópia fiel da Ata lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, neste ato autenticada pelo Presidente e Secretário da Mesa.

Vitória - ES, 31 de dezembro de 2025.

Mesa:

LUIZ COELHO COUTINHO
Presidente da Mesa / Acionista

FABRÍCIO MOTTA COUTINHO
Secretário da Mesa / Acionista

ANEXO I
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A. REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (1)

Lista dos subscritores do capital social da **LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), representativo de 867.994 (oitocentas e sessenta e sete mil, novecentas e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas por **LUIZ COELHO COUTINHO**, conforme abaixo:

Subscritor	Nº de Ações Ordinárias	Valor de Subscrição e Forma de Integralização
<u>Luiz Coelho Coutinho</u> , brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 258.574 SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 364.016.177-72, residente e domiciliado no município de Vitória, estado do Espírito Santo, na Rua Dr. Justiniano Martins de Azambuja Meyrelles, nº 121, casa 34, Cond. Reserva Mata da Praia, CEP 29066-210	867.994	R\$ 867.993,05 provenientes da capitalização da reserva legal; R\$ 0,95 em moeda corrente nacional.
Total	867.994	R\$ 867.994,00

A participação acionária ora subscrita por **LUIZ COELHO COUTINHO** é totalmente integralizada nesta data, motivo pelo qual a Companhia outorga ao Subscritor a mais ampla, plena, geral e irrevogável quitação em relação à integralização do valor previsto neste Boletim de Subscrição, para nada mais reclamar, sob qualquer título e pretexto e a qualquer tempo

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2025.

LUIZ COELHO COUTINHO
Acionista Subscritor

ANEXO I
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A. REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (2)

Lista dos subscritores do capital social da **LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), representativo de 325.688 (trezentas e vinte e cinco mil, seiscentas e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas por **CÉLIA REGINA MOTTA COUTINHO**, conforme abaixo:

Subscritor	Nº de Ações Ordinárias	Valor de Subscrição e Forma de Integralização
CÉLIA REGINA MOTTA COUTINHO , brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 562.540 SSP/ES, inscrita no CPF sob o nº 732.352.707-44, residente e domiciliada no município de Vitória, estado do Espírito Santo, na Rua Dr. Justiniano Martins de Azambuja Meyrelles, nº 121, casa 34, Cond. Reserva Mata da Praia, CEP 29066-210	325.688	R\$ 325.687,02 provenientes da capitalização de lucros; e R\$ 0,98 em moeda corrente nacional.
Total	325.688	R\$ 325.688,00

A participação acionária ora subscrita por **CÉLIA REGINA MOTTA COUTINHO** é totalmente integralizada nesta data, motivo pelo qual a Companhia outorga à Subscritora a mais ampla, plena, geral e irrevogável quitação em relação à integralização do valor previsto neste Boletim de Subscrição, para nada mais reclamar, sob qualquer título e pretexto e a qualquer tempo

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2025.

CÉLIA REGINA MOTTA COUTINHO
Acionista Subscritora

ANEXO I
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A. REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (3)

Lista dos subscritores do capital social da **LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), representativo de 29.794 (vinte e nove mil, setecentas e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas por **FÁBIO MOTTA COUTINHO**, conforme abaixo:

Subscritor	Nº de Ações Ordinárias	Valor de Subscrição e Forma de Integralização
FÁBIO MOTTA COUTINHO , brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.960.755-SPTC-ES, inscrito no CPF sob o nº 100.440.037-30, residente e domiciliado no município de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Chapot Presvot, nº 625, Apto 1.201, Praia do Canto, CEP: 29057-525.	29.794	R\$ 29.793,13 provenientes da capitalização de lucros; e R\$ 0,87 em moeda corrente nacional.
Total	29.794	R\$ 29.794,00

A participação acionária ora subscrita por **FÁBIO MOTTA COUTINHO** é totalmente integralizada nesta data, motivo pelo qual a Companhia outorga ao Subscritor a mais ampla, plena, geral e irrevogável quitação em relação à integralização do valor previsto neste Boletim de Subscrição, para nada mais reclamar, sob qualquer título e pretexto e a qualquer tempo

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2025.

FÁBIO MOTTA COUTINHO
Acionista Subscritor

ANEXO I
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A. REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (4)

Lista dos subscritores do capital social da **LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), representativo de 29.794 (vinte e nove mil, setecentas e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas por **FABRÍCIO MOTTA COUTINHO**, conforme abaixo:

Subscritor	Nº de Ações Ordinárias	Valor de Subscrição e Forma de Integralização
FABRÍCIO MOTTA COUTINHO , brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2.294.616 SPTC-ES, inscrito no CPF sob o nº 100.440.057-84, residente e domiciliado no município de Vitória, estado do Espírito Santo, na Avenida Saturnino de Brito, nº 1053, apto. 601, Quartier Blanc, bairro Praia do Canto, CEP 29055-245	29.794	R\$ 29.793,13 provenientes da capitalização de lucros; e R\$ 0,87 em moeda corrente nacional.
Total	29.794	R\$ 29.794,00

A participação acionária ora subscrita por **FABRÍCIO MOTTA COUTINHO** é totalmente integralizada nesta data, motivo pelo qual a Companhia outorga ao Subscritor a mais ampla, plena, geral e irrevogável quitação em relação à integralização do valor previsto neste Boletim de Subscrição, para nada mais reclamar, sob qualquer título e pretexto e a qualquer tempo

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2025.

FABRÍCIO MOTTA COUTINHO
Acionista Subscritor

ANEXO I
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A. REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (5)

Lista dos subscritores do capital social da **LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), representativo de 29.794 (vinte e nove mil, setecentas e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas por **FILIPPE MOTTA COUTINHO**, conforme abaixo:

Subscritor	Nº de Ações Ordinárias	Valor de Subscrição e Forma de Integralização
FILIPPE MOTTA COUTINHO , brasileiro, solteiro, nascido em 24 de abril de 1987, gerente financeiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.884.135-SPTC-ES, inscrito no CPF sob o nº 100.440.047-02, residente e domiciliado no município de Vitória, estado do Espírito Santo, na Rua Eudálio Fontes Correia, nº 121, Casa 34, bairro Mata da Praia, CEP 29065-400.	29.794	R\$ 29.793,13 provenientes da capitalização de lucros; e R\$ 0,87 em moeda corrente nacional.
Total	29.794	R\$ 29.794,00

A participação acionária ora subscrita por **FILIPPE MOTTA COUTINHO** é totalmente integralizada nesta data, motivo pelo qual a Companhia outorga ao Subscritor a mais ampla, plena, geral e irrevogável quitação em relação à integralização do valor previsto neste Boletim de Subscrição, para nada mais reclamar, sob qualquer título e pretexto e a qualquer tempo

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2025.

FILIPPE MOTTA COUTINHO
Acionista Subscritor

ANEXO II
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A. REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Estatuto Social

da

LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.563.317/0001-15

NIRE 32.300.035.965

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO e DURAÇÃO

Artigo 1º. A **LCF3 PARTICIPAÇÕES S.A.**, (a “Companhia”) é constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e é regida pelo presente Estatuto Social e as disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 1976 e suas alterações (a “Lei das Sociedades por Ações”).

Artigo 2º. A Companhia tem sede no município de Vitória, estado do Espírito Santo, na Rua Licínio dos Santos Conte, nº 51, sobreloja, bairro Enseada do Suá, CEP 29050-333, podendo, a critério da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais, abrir, instalar ou encerrar filiais e depósitos, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos.

Artigo 3º A Companhia terá por objeto social as seguintes atividades: (i) locação de imóveis próprios; (ii) compra e venda de imóveis próprios; e (iii) a participação no capital social de outras pessoas jurídicas, sediadas no Brasil ou no exterior, na condição de sócia, acionista e/ou quotista, com recursos próprios ou incentivados.

Parágrafo Único. A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais.

Artigo 4º. A Companhia vigorará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º. O capital social é de R\$ 21.120.719,00 (vinte e um milhões, cento e vinte mil, setecentos e dezenove reais), dividido em 21.120.719 (vinte e um milhões, cento e vinte mil, setecentas e dezenove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º. As ações são indivisíveis perante a Companhia, que reconhece apenas 01 (um) proprietário para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do Parágrafo Único do artigo 28 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 7º. Observadas as condições previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. As ações preferenciais nominativas de Classe A não terão direito a voto, observadas as disposições previstas na LSA.

Parágrafo 2º. As ações preferenciais nominativas de Classe A adquirirão o exercício do direito de voto se a Companhia, pelo prazo de 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento.

Artigo 8º. A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e prazo de subscrição.

Parágrafo 1º. Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, para subscrição de ações nos aumentos do capital social, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da Assembleia Geral que tiver aprovado o aumento de capital.

Parágrafo 2º. O direito de preferência descrito no parágrafo anterior aplicar-se-á para subscrição das emissões de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e partes beneficiárias conversíveis em ações emitidas para alienação onerosa.

Parágrafo 3º. Não haverá direito de preferência na conversão de debêntures, bônus de subscrição e partes beneficiárias em ações, bem como na outorga e/ou no exercício de opção de compra de ações.

Artigo 9º. A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias ações para permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando a sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único. As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua recolocação em circulação.

CAPÍTULO III CESSÃO DE AÇÕES E DIREITO DE PREFERÊNCIA

Artigo 10. Os acionistas poderão vender, ceder, transferir, doar ou sob qualquer outra forma alienar, suas ações a terceiros a qualquer tempo (“Acionista Ofertante”), obedecida a preferência estabelecida nos parágrafos subsequentes e eventuais Acordos de Acionistas arquivados conforme o artigo 118 da Lei das Sociedades Anônimas, cuja comprovação efetuar-se-á mediante termo lavrado no livro de transferência de ações da Companhia, de acordo com as exigências legais.

Parágrafo 1º. Os demais acionistas terão direito de preferência na alienação de ações (“Acionistas Ofertados”) por qualquer Acionista Ofertante, nos mesmos termos e condições da oferta recebida, mediante proposta de venda por escrito, com comprovação de recebimento, estabelecendo os valores e condições de pagamento, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da proposta.

Parágrafo 2º. A ordem de preferência para aquisição das ações por qualquer um dos acionistas será a seguinte:

- a) em primeiro lugar caberá aos acionistas da Companhia, sendo que deverão manifestar seu interesse ou não de exercer o direito de preferência para adquirir as ações;
- b) em segundo lugar, caso os acionistas não tenham exercido seu direito de preferência, caberá à Companhia se manifestar sobre o interesse em exercer a preferência na aquisição das ações.

Parágrafo 3º. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação referida no Parágrafo Segundo acima sem que tenha havido manifestação por parte dos Acionistas Ofertados, ou tendo havido manifestação, tenha sido ela negativa, a Companhia terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo previamente concedido aos acionistas, para manifestar seu interesse em adquirir as ações.

Parágrafo 4º. Caberá à Diretoria, mediante aprovação da maioria de seus membros, avaliar se a Companhia preenche todos os requisitos legais e necessários para a aquisição das ações pela própria Companhia e, em caso positivo, decidir se adquirirá as ações ofertadas para cancelamento ou permanência em tesouraria.

Parágrafo 5º. Não sendo exercido o direito de preferência nem pelos Acionistas Ofertados nem pela Companhia, o Acionista Ofertante poderá alienar suas ações à terceiro, em um prazo não superior a 60 (sessenta) dias, desde que sejam estritamente cumpridos o preço e as condições previstas na proposta enviada aos acionistas e à Companhia.

Parágrafo 6º. Após o período de 60 (sessenta) dias referido no Parágrafo Quinto acima ter transcorrido sem que tenha ocorrido a venda, caso o Acionista Ofertante deseje novamente alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas Ações, deverá reiniciar o procedimento aqui estabelecido.

Artigo 11. A alienação direta ou indireta do controle da Companhia somente poderá ser efetivada, sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a ofertar aos demais acionistas, na forma prevista neste Estatuto e no Acordo de Acionistas, de modo a lhes assegurar as mesmas condições da oferta por ação com direito a voto integrante do bloco de controle.

Parágrafo Único: A alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, após a observância do direito de preferência previsto no Estatuto Social, somente poderá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue também a formalizar oferta de aquisição das ações de propriedade dos demais acionistas da Companhia, pelo mesmo preço e condições, por ação, que os acionistas controladores alienarem as suas ações.

Artigo 12. A aquisição das ações por terceiro está condicionada à adesão integral, por parte do referido terceiro adquirente, aos termos e condições deste Estatuto Social e de eventual Acordo de Acionistas da Companhia.

Artigo 13. Serão aplicadas as regras previstas neste Capítulo às doações de ações a terceiros que não sejam ascendentes ou descendentes do acionista doador, ou ainda os casos de penhora, arresto, venda, cessão, ou transferência compulsória das ações de titularidade dos Acionistas, sendo a operação com inobservância a estas regras consideradas nula.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
Seção I - Da Diretoria

Artigo 14. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 02 (dois) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país e eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante assinatura do Termo de Posse lavrada no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, assinado pelos Diretores, prestando as informações exigidas por Lei.

Parágrafo 3º. A remuneração global e anual dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral por maioria simples dos votos, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Artigo 15. A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada por qualquer dos Diretores, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas; a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo 2º. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada como presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 3º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Primeiro deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 16. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo Terceiro do Artigo 15 deste Estatuto.

Artigo 17º. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por Lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo 2º. Compete ainda à Diretoria:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;
- b) representar a Companhia, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral;
- c) submeter anualmente aos acionistas o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, caso existam;
- d) elaborar e propor, aos acionistas, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia;
- e) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- f) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral, bem como sobre divergências entre seus membros;
- g) traçar as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia;
- h) abrir e encerrar contas bancárias da Companhia, bem como assinar cheques, recibos e quitações;
- i) assinar a emissão de ações, cautelas, debêntures de responsabilidade da Companhia;
- j) outorgar procurações, sempre que julgar necessário, a fim de nomear procuradores que representem a Companhia, em conjunto, quer em juízo, quer fora dele.

Artigo 18º. A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) pelos 2 (dois) Diretores sem designação específica, quando em conjunto;
- b) por 1 (um) procurador, devidamente constituído nos termos do Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único. As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura dos 2 (dois) Diretores sem designação específica, em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações para fins judiciais, serão válidas por no máximo 03 (três) anos.

Seção II – Conselho Fiscal

Artigo 19. A Companhia instalará um Conselho Fiscal somente nos exercícios sociais em que sua instalação for solicitada por acionistas, composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição, sendo seus membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, que estabelecerá a remuneração dos Conselheiros e seus suplentes eleitos com base no previsto pelo Artigo 14 Parágrafo 3º.

Parágrafo 1º. A instalação do Conselho Fiscal far-se-á por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor.

Parágrafo 2º. A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, condicionada à subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 4º. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de sociedade concorrente e suas controladas ou de Acionista Controlador de sociedade concorrente e suas controladas; e (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de sociedade concorrente e suas controladas ou de acionista controlador de sociedade concorrente e suas controladas.

Parágrafo 5º. Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Artigo 20. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da Lei, sempre que necessário, e analisará as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Seção III – Dos deveres e responsabilidades dos administradores

Artigo 21. Além dos deveres e responsabilidades previstos na Lei das Sociedades por Ações,

os Administradores devem servir com lealdade a Companhia, sendo-lhes vedado:

- a) usar, em benefício próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais de que tenham conhecimento em razão do exercício de seus respectivos cargos;
- b) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia e visando a obtenção de vantagens para si ou para terceiros, deixar de aproveitar oportunidade de negócio de interesse da Companhia;
- c) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabem necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir; e
- d) guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão do cargo ou função, sendo-lhes vedado valer-se da informação para obter vantagem, para si ou para terceiros.

CAPÍTULO V DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 22. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser realizadas concomitantemente.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas que representem 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto, nos casos previstos em Lei, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, por meio de carta com aviso de recebimento, fax, e-mail ou qualquer meio idôneo que comprove o recebimento, que deverão, necessariamente, conter a pauta dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida, se será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas podem participar e votar a distância, ficando, desde já estabelecido que este prazo poderá ser dispensado se houver o comparecimento da totalidade dos acionistas à Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. Em caso de convocação para Assembleia Geral semipresencial ou digital, deverá ser enviado justamente com a convocação, o boletim de voto a distância que deverá conter.

- a) Todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral semipresencial ou digital a que se refere;
- b) Orientações sobre o seu envio à Companhia, que deverá ocorrer no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da realização do conclave;
- c) Indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e
- d) Orientação sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido.

Parágrafo 3º. A companhia, em até 2 (dois) dias do recebimento do boletim de voto a distância, deve comunicar o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista; ou a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância o dos documentos que o acompanharam, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização.

Artigo 23. As Assembleias Gerais instalar-se-ão em primeira convocação, exceto nos casos em que maior quórum for determinado por Lei ou pelo presente Estatuto, com a presença de acionistas representando a maioria do capital social, e, com qualquer número, em segunda convocação.

Parágrafo 1º. As deliberações, exceto nos casos previstos em Lei, neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, serão tomadas pelos votos de acionistas representando a maioria absoluta do capital social, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 2º. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas prioritariamente por um Diretor, ou, na sua ausência, impedimento ou inexistindo o mesmo, pelo acionista escolhido pela maioria dos acionistas presentes, que também escolherão um secretário, com observância do quórum legalmente exigido.

Parágrafo 3º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, desde que este seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo 4º. Os acionistas deverão observar, quando for o caso, as disposições de Acordos de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia em conformidade com o art. 118 da Lei das Sociedades por Ações

Artigo 24. Em relação às matérias abaixo discriminadas, sob pena de nulidade, é necessária a aprovação de acionistas que representem ao menos 2/3 (dois terços) para:

- a) criação de nova classe de ações ou aumento de classes existentes, sem guardar proporção com as demais espécies e classes da Companhia;
- b) resgate ou amortização de ações pela Companhia;
- c) propositura de medidas judiciais visando ao pedido de recuperação judicial ou auto falência;
- d) participação da Companhia em outras sociedades, instituições ou empreendimentos, novos ou já existentes, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista, quotista ou consorciada, bem como participação da Companhia em grupo de sociedades;
- e) aprovação do orçamento anual operacional e orçamento anual de despesas da Companhia e de suas revisões;
- f) autorização para confissão de insolvência ou pedido de reorganização geral de dívida junto a credores.
- g) dissolução, liquidação e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia, incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes;
- h) fusão ou cisão da Companhia, incorporação de ações envolvendo a Companhia, incorporação pela Companhia de outra sociedade ou de parcela do patrimônio de outra sociedade ou, ainda, incorporação da Companhia por outra sociedade;

Parágrafo Único. Competirá privativamente à Assembleia Geral por maioria simples dos votos, a eleição e destituição dos Membros da Diretoria.

Artigo 25. As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO FISCAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 26. O exercício fiscal inicia-se em 1º janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em Lei.

Parágrafo 1º. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá levantar, além das demonstrações financeiras anuais previstas no caput deste artigo, balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos dos lucros verificados em tais balanços, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º. Nos exercícios sociais em que o lucro da Companhia for insuficiente, as ações preferenciais receberão os dividendos globais do exercício, fixos e prioritários, previstos neste Estatuto Social, à conta das reservas de capital, conforme previsão contida no § 5º do artigo 200 da LSA.

Parágrafo 3º. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste estatuto.

Artigo 27. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo Primeiro do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- b) Uma parcela será destinada ao pagamento dos dividendos fixos e prioritários devidos aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, conforme expressamente previsto no Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo do Artigo 5º do Estatuto Social;
- c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Parágrafo Segundo e Terceiro deste artigo;
- e) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo Segundo deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

- f) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- g) a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar uma quantia ou porcentagem do lucro líquido para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual não excederá o valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e
- h) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 2º. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância destinada a pagar os dividendos fixos prioritários devidos aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia; e acrescido da (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da Lei.

Artigo 28. Por proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.

Parágrafo 1º. Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o crédito no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação da Diretoria, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 29. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Diretoria:

- a) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 06 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e
- b) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 30. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 31. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 32. Os Acordos de Acionistas, se houver, serão registrados na sede da Companhia e deverão ser sempre observados pelos acionistas e pelos órgãos da Administração, sendo que a sua inobservância implica na nulidade das deliberações tomadas.

Parágrafo Único. As obrigações e responsabilidades decorrentes do Acordo de Acionistas serão válidas em relação a terceiros a partir do momento em que tais documentos forem registrados na sede da Companhia. Quaisquer atos, pactos ou contratos que versem sobre as ações da Companhia que não observarem as normas estipuladas no presente Estatuto Social serão nulos de pleno direito.

CAPÍTULO VIII DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 33. A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade.

Parágrafo Único. A Diretoria deverá continuar funcionando durante o período de liquidação, adotando as providências necessárias à preservação dos direitos dos acionistas.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 34. As partes comprometem-se a manter o mais estrito sigilo quanto às informações, documentos, manuais, materiais ou formulários, considerados como segredo de negócio ou propriedade intelectual, assim como sobre as informações e ou instruções transmitidas umas às outras em razão do exercício das atividades da Companhia.

Artigo 35. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 36. As partes elegem o Foro Central da Comarca de Vitória, Estado de Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2025.

Mesa:

LUÍZ COELHO COUTINHO
Presidente da Mesa / Acionista

FABRÍCIO MOTTA COUTINHO
Secretário da Mesa / Acionista



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LCF3 PARTICIPACOES S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
10044005784	FABRICIO MOTTA COUTINHO
36401617772	LUIZ COELHO COUTINHO



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/02/2026 07:33 SOB N° 20260216968.
PROTOCOLO: 260216968 DE 30/01/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12602432935. CNPJ DA SEDE: 12563317000115.
NIRE: 32300035965. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 31/12/2025.
LCF3 PARTICIPACOES S/A

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br